

MANUAIS E LIVROS ESCOLARES: CAMINHOS PARA A INVESTIGAÇÃO GEOGRÁFICA E EDUCACIONAL

Diego Carlos Pereira*
Amanda Regina Gonçalves**

RESUMO

Este trabalho busca elencar alguns pressupostos que demonstram a riqueza conceitual, os subsídios teórico-metodológicos e os aspectos historiográficos dos manuais e livros escolares e seus conceitos enquanto possibilidade investigativa no campo educacional e geográfico. Por meio de pesquisa bibliográfica e ensaio teórico, procuramos contribuir, no âmbito da historiografia educacional, bem como para a história das disciplinas escolares, em especial da Geografia, com abordagens conceituais que suscitam os manuais e livros escolares como elementos culturais e simbólicos, repletos de intencionalidade e significados construídos ao longo do tempo. No decorrer do texto, sem pretensões de esgotar a temática, elucidamos a guisa de uma sistematização específica, os manuais e livros escolares enquanto possibilidade investigativa tanto para a esfera educacional quanto para a história da disciplina escolar de Geografia.

Palavras-chave: Manuais e Livros escolares. Geografia. História da Educação.

1 INTRODUÇÃO

Os campos de estudo da História da Educação e da História das Disciplinas Escolares, em especial da Geografia, elucidam perspectivas de desenvolvimento de pesquisas ao considerar os manuais escolares – e/ou outras terminologias como livros escolares e compêndios – enquanto objeto contextualizado de acordo com aspectos específicos de produção, elaboração, significação e utilização dos mesmos.

O texto resulta de um ensaio teórico escrito a partir de procedimentos de uma pesquisa bibliográfica norteada por questionamentos acerca dos subsídios teórico-metodológicos e

* Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Graduado em licenciatura em Geografia (UFTM). Endereço: Rua Londrina, 629. Parque das Gameleiras. CEP 38037-450. Uberaba/MG. E-mail: diego-carlinho@hotmail.com

** Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Rio Claro. Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Endereço: Avenida Getúlio Guaritá, 159. Bairro Abadia. CEP 38025-440. Uberaba/MG. E-mail: goncalves.amanda@gmail.com

processos investigativos imbricados no campo dos manuais escolares e da história da educação.

Neste sentido, discorrer a respeito dos livros e manuais escolares tendo em vista aspectos culturais, históricos e simbólicos enquanto materialidade produzida para ou pela escola têm norteado novas abordagens e ampliado as perspectivas de elaboração do conhecimento científico acerca da produção didática escolar.

Fernandes (2004) afirma que as pesquisas no âmbito dos livros didáticos e escolares pressupõem o entendimento deste suporte teórico na compreensão das fontes e na sua contextualização no âmbito da história da educação. Acreditamos assim, que este levantamento teórico-metodológico – coerente aos objetivos do presente trabalho – nos oferece subsídios para a compreensão conceitual e histórica dos manuais escolares enquanto pressuposto investigativo, mas também, complementa o estudo oferecendo contribuições significativas para o entendimento das obras didáticas como um todo e seus conceitos.

Segundo Fernandes (2004), a maioria dos trabalhos em relação às análises de manuais e livros escolares desenvolvidos no âmbito acadêmico têm se preocupado apenas com análises dos conteúdos e discursos textuais dos mesmos. Sem desmerecer a importância destes trabalhos, acreditamos que estas investigações podem ser diversificadas por estudos que compreendam suas concepções, sua produção, seu caráter simbólico e cultural, sua difusão e uso, sua relação com as políticas públicas, com os currículos, com as disciplinas escolares e com as editoras.

A consideração dos manuais escolares enquanto materialização cultural, simbólica e histórica da escola é apontada por Escolano (1992) como uma categoria específica dos elementos estruturais da instituição escolar, justificando sua pesquisa, ao passo que essas categorias sejam organizadas e pensadas segundo uma ordem engendrada no tempo escolar. Sendo assim,

El tiempo, al igual que otros elementos estructurales de la escuela (el espacio, la organización didáctica, los medios tecnológicos, los sistemas de disciplina y examen...), expresa algunas características relevantes de la educación formal en su dimensión práctica o real; no sólo porque es una categoría que materializa las concepciones y los modos de educación, sino también porque esa misma materialidad instituye un discurso pedagógico y cultural (ESCOLANO, 1992, p.55).

Tomamos a perspectiva cultural dos manuais escolares para indicar caminhos investigativos à pesquisa na história da educação, e em especial na história da disciplina escolar de Geografia. Desta forma, delineado nosso objetivo, almejamos com este trabalho

elencar alguns pressupostos que demonstram a riqueza conceitual, os subsídios teórico-metodológicos e os aspectos historiográficos dos manuais e livros escolares e seus conceitos enquanto possibilidade investigativa no campo educacional e geográfico.

Para isso, no decorrer do texto serão discutidas temáticas e abordagens, ainda que por vias indiretas e com aprofundamento inicial, cujos elementos norteiam estes caminhos teórico-metodológicos enquanto opções de pesquisa nos âmbitos da história da disciplina escolar de Geografia e da historiografia educacional.

Sem tentar esgotar a temática e a fim de contribuir para a sua problematização em âmbito científico, este artigo busca suscitar o debate a partir das possibilidades terminológicas dos conceitos acerca dos manuais e livros escolares, levantar pressupostos a respeito da história dos livros escolares enquanto fundamento para a organização das disciplinas escolares e esboçar sobre os livros escolares de Geografia e sua história.

2 MANUAIS ESCOLARES COMO CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DA ESCOLA: DELINEANDO CONCEITOS

A questão conceitual relativa às discussões a respeito dos manuais escolares tem gerado um amplo debate terminológico e teórico no campo da história da educação entre diversos autores devido à riqueza de abordagens teóricas para a temática. Salientamos que aqui nossa abordagem fornece alguns elementos teórico-metodológicos iniciais para a pesquisa sem pretensões de unificar um modelo exclusivo para o conceito.

Choppin (2009, p. 74) realiza uma vasta pesquisa no sentido de discutir tais oscilações terminológicas e conceituais à questão dos manuais escolares, no qual afirma que “como todo objeto de pesquisa, o livro escolar não é um dado, mas o resultado de uma construção intelectual: não pode então ter uma definição única”.

A partir desse pressuposto, o autor afirma que as oscilações terminológicas e conceituais – manuais escolares, compêndios, guias, précis, entre tantas outras – resultam de uma complexa relação cultural e linguística particular a uma época distinta, a um território ou país, à língua vernácula e à pluralidade de vocábulos e expressões culturais que denominam os livros escolares (CHOPPIN, 2009).

Choppin (2009) afirma ainda que a história dos livros escolares apresenta uma intrínseca relação com a organização e a história das disciplinas escolares sendo que as finalidades dos mesmos estão relacionadas ao caráter organizacional do conhecimento escolar e do currículo. Em complementaridade a esses pressupostos, Escolano (2001) afirma que “su

génesis y difusión están estrechamente asociadas al nacimiento y desarrollo de los sistemas nacionales de educación, es decir, al proceso de implantación de la escuela pública (ESCOLANO, 2001, p.14).

Tendo em vista essa pluralidade conceitual para as pesquisas com manuais e livros escolares é importante preconizar o cuidado que deve ser tomado pelo pesquisador em relação à diferenciação entre os manuais escolares e os “livros de vulgarização” (CHOPPIN, 2009, p.32), que pressupõem formas distintas aos livros escolares.

Segundo o autor, os livros de vulgarização foram muito comuns ao longo da história das instituições escolares e são caracterizados por um caráter de simplificação ou adaptação de conhecimentos em prol da cientificidade, ou seja, são obras que abreviaram ou resumiram obras e textos científicos, que não estão originalmente destinados ao público escolar.

Os manuais escolares são diferenciados dos livros de vulgarização por:

[...] certa organização do ensino [...], mas também um modo determinado de estruturação dos saberes, um determinado estado de desenvolvimento técnico e comercial e, mais extensamente, um tipo definido de cultura, no sentido do conjunto de valores fundadores: respeito ao saber, especialmente sob sua forma impressa, fiel à forma escolar de educação, concepção da especificidade das idades da vida, etc. (CHOPPIN, 2009, p.33).

Neste sentido, o autor distingue duas categorias de livros escolares: a primeira categoria está relacionada aos livros escolares cuja intencionalidade do autor ao escrever e produzir os materiais do livro tem uma finalidade voltada ao uso escolar e seus pressupostos pedagógicos, sendo ou não efetivamente utilizados. A outra categoria está relacionada aos livros que não foram concebidos com fins educativos, mas que devido ao contexto cultural, político ou administrativo foram introduzidos à dimensão escolar.

Ao discutir especificamente a questão dos manuais escolares, os mesmos inserem-se no âmbito da primeira categoria de livros escolares tendo em vista a sua finalidade intencional ao ensino e o ponto de vista terminológico, já que o termo “manual”, enquanto material, está relacionado a “uma obra de formato pequeno que temos à mão ou que levamos na mão” (CHOPPIN, 2009, p.23).

Mesmo apontando tais pressupostos não afirmamos conclusivamente que os manuais escolares devem ser tomados de maneira uniforme, pois:

[...] o manual escolar não é um produto fixo, imutável: sua existência, funções, forma, seus usos dependem de múltiplos fatores nos quais os

contextos geográfico, histórico e cultural têm, apesar de outros, um papel determinante (CHOPPIN, 2009, p.67).

Desta forma, o campo de estudo dos manuais escolares representa relativamente um recente e complexo âmbito epistemológico nos estudos da historiografia pedagógica em termos acadêmicos. Os conhecimentos de análise dos manuais podem ser objeto de estudos especializados, ou mesmo dar origem a uma disciplina e uma práxis referindo-se “a un campo intelectual y a una pragmática comunicativa com sus proyecciones em los programas de formación de profesores y em los proyectos de investigación educativa” (ESCOLANO, 2001, p.13).

A análise dos manuais escolares deve ir além das dimensões instrumentais como fontes de historiografia e de prática escolar. Deve também considerá-los como construção cultural e pedagógica elaborada segundo teorias textuais e pedagógicas específicas, influenciadas por epistemologias e contextos temporais também distintos.

Ao assumir essa dupla dimensão dos manuais escolares o pesquisador passa a examiná-los sob suas configurações históricas considerando-os:

[...] espacios de representación de la memoria en que se materializó la cultura de la escuela en las distintas épocas a que tales objetos corresponden. Y también, claro está, porque como construcciones culturales los manuales vienen determinados genéticamente, y expresan, por tanto, muchas de las sensibilidades sociales, educativas y simbólicas de los momentos históricos en que se producen y utilizan. (ESCOLANO, 2001, p.13)

Neste sentido, os textos escolares presentes nos manuais não são somente um aspecto material de uso dos professores e alunos ao longo da história, eles representam por si só os modos conceptivos e práticos da educação em determinado tempo. Sendo assim, sua textualidade e seus métodos expressam teorias pedagógicas e padrões de comunicação escolar implícitos em determinado momento.

Tendo em vista este pressuposto de expressão das teorias pedagógicas e padrões de ensino adquiridos pelos manuais escolares, ao mesmo tempo em que os manuais escolares se materializam enquanto cultura pela sua finalidade ao ensino os mesmos adquirem também uma função organizacional e técnica do sistema escolar, do currículo e das atribuições sociais da escola, pois:

[...] por todo ello, la identidad del manual escolar, la lógica de su codificación, no sólo radica em su función didáctico-instrumental, sino que

se extiende a ciertas atribuciones sociales e ideológicas que otros tipos de publicaciones no tuvieron (ESCOLANO, 2001, p.15).

Desta maneira, a materialização enquanto cultura e enquanto função escolar é caracterizada por Escolano (2001) em dois momentos ou fases distintas – no caso espanhol – na produção dos manuais escolares. A fase tradicional dos manuais escolares compreende as produções realizadas até meados da década de 1960 em que os manuais escolares tinham aspectos imagéticos e de impressão basicamente fundados na cor preta, geralmente com exceção da capa, e que as técnicas de impressão se mantinham semelhantes desde o século XIX. Já a fase moderna, a partir de 1950, pressupõe o caráter imagético da impressão colorida bem como a produção em larga escala de livros escolares.

Considerando-se os pressupostos da fase tradicional dos manuais escolares apontada por Escolano (2001), o autor lista os diversos critérios segundo os quais os manuais escolares da fase tradicional podem ser classificados no âmbito do sistema e das práticas escolares (Tabela 1).

Dessa maneira, para este trabalho, acreditamos, como princípios epistemológicos norteadores para as pesquisas em âmbito geográfico e educacional, que os manuais escolares pressupõem o entendimento da cultura escolar da época de sua produção e construção, bem como das teorias pedagógicas vigentes ou não que possam ter contribuído com a elaboração das obras, além de sua organização enquanto materialização da história da disciplina escolar e do currículo.

Tabela 1 – Classificação dos manuais escolares na fase tradicional

Tipo de Manual ou Livro Escolar	Concepções
a) Libros de Iniciación	Manuais relacionados a determinadas concepções de inicialização em rituais religiosos ou à introdução de letramento. Geralmente ligados a livros de catequese ou manuais silábicos ou de alfabetização.
b) Séries Cíclicas	Manuais com certa complexidade científica em seus conteúdos geralmente dotados de certa abreviação de obras científicas implementados por programas cíclicos.
c) Modelos Enciclopédicos	Manuais de caráter sintético, com certa fundamentação cíclica ou processual, correspondente a uma intencionalidade enciclopédica em seus conteúdos e em suas concepções.
d) Libro-guia	Manuais cuja intencionalidade seja propor modelos, cursos, programas ou métodos que norteiem o trabalho do professor com orientações didáticas.
e) Libro de consulta	Manuais que auxiliam ou complementam outros textos escolares com definições e orientações para consulta.
f) Libro activo	Manuais que exigem a participação ativa do aluno em seu uso a partir de exercícios, pesquisas que incentivam a escrita e as sinalizações.

Elaboração: Autores. Fonte: Escolano (2001, p. 19-20).

3 LIVROS ESCOLARES: O QUE SUA HISTÓRIA TEM A NOS DIZER?

Aqui buscamos compreender como os processos históricos nos fornecem subsídios plausíveis ao estudo dos livros e manuais escolares, problematizando e delimitando questões e elementos básicos para a pesquisa. Não pretendemos realizar uma análise cronológica e detalhada, mas levantar abordagens que problematizam um caminho metodológico possível, mas não único e acabado.

A história dos livros escolares está relacionada, segundo Gatti Júnior (2004), com o surgimento e a disseminação da imprensa no século XV na Europa. Os livros passam a ser impressos em série substituindo a prática que até então os estudantes produziam seus próprios cadernos escritos à mão. Ainda para o autor, os livros escolares estão diretamente relacionados com a institucionalização do ensino.

Com o advento da institucionalização científica e com os ideários iluministas nos séculos XVII e XVIII os livros passaram a representar a linguagem e a expressão das ciências. Dessa forma, ao longo dos anos o livro foi adquirindo um estatuto de verdade, tanto nas escolas como na vida cotidiana das pessoas, por representar resultados científicos.

Este processo de institucionalização tanto das ciências quanto da própria escola suscitou, segundo Choppin (2004), uma forte relação entre o ensino e a atividade da economia editorial na maior parte dos países do globo a partir do século XIX atrelando relações econômicas com a produção e a venda dos livros escolares e científicos.

Para o autor, esse período é responsável pelo desenvolvimento epistemológico dos livros escolares como “vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes” (CHOPPIN, 2004, p.553) adquirindo-lhe um caráter doutrinário e muitas vezes nacionalista, como um objeto material de legitimação ideológica de uma identidade das classes dirigentes.

No caso brasileiro, Ferracini (2012) afirma que a elaboração dos livros e manuais escolares teve seu início a partir de 1808 com a chegada da família real portuguesa que, com o objetivo de expandir, melhorar e formalizar o ensino no país foram oficializando diversos exemplares. O autor afirma que a maioria das obras ainda era importada ou escrita por autores estrangeiros. Anteriormente, Gasparello (2006) afirma que no Brasil existiam apostilas ou resumos manuscritos que norteavam o ensino além das obras produzidas na Europa e “textos clássicos” importados pelos colonizadores.

Apesar deste processo inicial de produção e oficialização dos primeiros manuais e livros escolares no início do século XIX no Brasil, Gasparello (2006) afirma que o primeiro programa ou política hegemônica que norteou a produção de manuais e livros escolares no Brasil esteve relacionado ao Colégio Pedro II no Rio de Janeiro a partir de 1837.

O Colégio Pedro II e seus professores se tornaram hegemônicos no que tange à produção de manuais e livros escolares no Brasil, bem como nas definições aos programas curriculares do país durante o século XIX devido aos seus privilégios perante a corte imperial e suas definições eram seguidas pelos demais liceus e estabelecimentos de ensino nas províncias do império.

Este poder hegemônico e pioneiro do Colégio Pedro II se configurou-se como instrumento fundamental de organização da história das disciplinas escolares no Brasil já que os materiais didáticos e as orientações curriculares produzidas neste processo construíram pilares culturais e materiais para a estabilização do ensino institucional no país.

Para Bittencourt (2004), no fim do século XIX, tendo em vista a autoria de livros e manuais escolares por professores no Colégio Pedro II estabeleceu-se uma cultura do livro escolar relacionada à publicação da prática docente, ou seja, segundo a autora o bom manual escolar enfatizava o caráter prático das experiências em sala dos professores.

No Brasil, até os anos de 1920 os livros escolares eram predominantemente elaborados por autores estrangeiros ou mesmo de obras publicadas na Europa, tendo a produção brasileira, mesmo que ampliada, adquirido pouca significação até então. Gatti Júnior (2004) afirma ainda que essas obras eram caracterizadas por seu caráter elitista, reservadas ao ensino da aristocrática brasileira.

Para Romanelli (1984) esse caráter elitista impregnado nos manuais e livros escolares representava um ideal familiar das sociedades de classe evidenciando linguagem, costumes e anseios tradicionalistas da então sociedade coronelista brasileira. Para a autora, essa representação elitista nos livros escolares só passará por profunda modificação a partir dos anos de 1930, com a superação da sociedade coronelista pela modernização do país e as influências dos ideários escolanovistas sobre as produções didáticas.

Uma ressalva no âmbito das pesquisas nos livros escolares é levantada por Freitag, Costa e Motta (1997), que afirmam que a história do livro didático no Brasil é basicamente contada por decretos e leis instituídos no Estado Novo, tornando-se abrangente e sistematizada principalmente a partir dos anos 1970. Acreditamos que a crítica das autoras ainda se faz presente em âmbito atual no campo científico, em que as pesquisas têm se

debruçado para a compreensão institucional dos livros escolares e se esquecido do seu caráter prático e da sua importância cultural.

Apesar deste crescimento no que tange aos estudos sistematizados em relação aos livros didáticos a partir da década de 1970, Munakata (1997) afirma que este período caracterizou-se pela expansão e massificação do ensino público no país e ao mesmo tempo pelo aumento do poder do Estado sobre a educação. O maior controle pelo regime militar que se instaurou no país a partir de 1964 sobre a educação pressupunha uma legitimação ideológica nacionalista além de possibilitar políticas públicas que favorecessem a expansão mercadológica do livro didático no país.

4 A GEOGRAFIA NOS MANUAIS E LIVROS ESCOLARES: ASPECTOS DA DISCIPLINA ESCOLAR

No que tange à Geografia escolar, que adquire um caráter especial para nós enquanto pesquisadores desta disciplina, Ferracini (2012) levanta diversos exemplares de manuais escolares oficializados durante o século XIX, e destaca a presença do caráter epistemológico influenciado pela corrente alemã, sob influências de Carl Ritter e Alexander Von Humboldt.

A produção de manuais escolares teve reconhecimento no Brasil a partir de 1837 com a fundação do Colégio Dom Pedro II, e para a Geografia, foi o espaço de representação e reconhecimento da ciência. Porém, Ferracini (2012) afirma que os primeiros manuais escolares de Geografia eram caracterizados pela reprodução dos conhecimentos, sem mais avanços sistematizados e a seleção de conteúdos, livre aos autores, facilitaria e unificaria a sua difusão nacional.

Nesta perspectiva, Boligian (2010) afirma ainda que a Geografia somente foi oficializada pelo Colégio Pedro II em 1838 sob a “cadeira” da História, a qual englobava os estudos de Geografia, História Antiga e História Romana, não configurando de imediato como uma disciplina autônoma nos currículos da instituição.

Esse caráter à disciplina de Geografia nos programas curriculares do Colégio Pedro II atrelava-se à questão profissional da formação de geógrafos, tendo em vista que a ciência ainda estava se estabelecendo academicamente e que era necessária uma formação no espírito das humanidades clássicas para seu ensino.

Isso porque a função docente no século XIX era comumente atrelada a outras funções e profissões por uma cultura estabelecida socialmente de “pessoas letradas”, que poderiam exercer a prática docente, pois:

[...] esses indivíduos tinham por afinidade “o mundo dos livros”, sendo, dessa forma, consideradas pessoas eruditas, como literatos, médicos, advogados, escritores, jornalistas, engenheiros e também muitos militares. Foram esses profissionais que passaram a estabelecer e a decidir os rumos dos programas das disciplinas escolares, inclusive os da Geografia escolar no Brasil. Por serem pessoas letradas, muitos desses profissionais, que passaram a fazer parte do corpo docente do Colégio Pedro II, tinham como experiência a elaboração de apostilas e de compêndios — maneira como passam a ser denominados os livros escolares durante o século XIX. (BOLIGIAN, 2010, p.68).

Assim, esses professores que escreveram manuais e livros escolares de Geografia durante o século XIX buscavam adaptar seus conhecimentos eruditos por meio de sua cultura humanista – Geografia, História e Ciências Sociais – em forma de “matéria” a serem ensinadas nas aulas de Geografia e conseqüentemente eram expressas em suas obras. O crescimento da institucionalização do ensino do país em pleno século XIX emergiu na necessidade não só dos manuais escolares serem direcionados ao professor, mas também já se desenvolvia a ideia dos manuais voltados à posse do aluno (BOLIGIAN, 2010).

Com a Proclamação da República, as obras didáticas no âmbito da Geografia passaram a ter intensa influência francesa, influência esta que foi ampliada pela propagação do mercado editorial no Brasil e o avanço das instituições escolares. Apesar das transformações teórico-metodológicas impulsionadas pelo caráter francês destas obras, Boligian (2010) afirma que as mesmas mantiveram seus aspectos de recitação e memorização.

Com a primeira república, Ferracini (2012) explana que os conteúdos perdem certa autonomia perante os autores e passam a ser regidos e monitorados pelos interesses do Estado, porém, o seu caráter continuava a ser verbalista e enciclopédico. O autor salienta ainda que os manuais escolares de Geografia detinham-se em conteúdos voltados a dados físicos, humanos e políticos de diferentes territórios sob o ponto de vista eurocêntrico.

É possível destacar ainda o papel de Delgado de Carvalho nas primeiras décadas do século XX e seu papel renovador na Geografia tanto em seus saberes escolares quanto na discussão científica da Ciência Geográfica no Brasil.

Delgado de Carvalho foi professor e diretor do Colégio Pedro II e autor de diversos manuais e livros escolares no início do século XX, que, segundo Ferracini (2012), representou em suas obras o avanço dos ideais escolanovistas nos livros escolares de Geografia, porém seu modelo ainda representava uma visão eurocêntrica e mais tarde, norte-americana. Assim, as obras de Delgado de Carvalho:

[...] propunham uma Geografia mais científica, a Geografia Humana, tendo como ênfase os países europeus, o que reforçava as concepções no início do período republicano. O retorno aos modelos europeus de ensino mantinha e reforçava as propostas eurocêntricas. Uma delas era o estudo das questões da região natural, sem grandes memorizações de nomes ou de dados, porém com a mesma estrutura e conteúdos anteriores (FERRACINI, 2012, p.46).

Com o Estado Novo algumas transformações além dos ideários escolanovistas influenciaram as publicações didáticas em Geografia. Segundo Ferracini (2012) a inclusão da obrigatoriedade da disciplina escolar de Geografia em todas as séries do secundário e no primário sob o prisma dos “Estudos Sociais” a partir da Reforma Capanema; a institucionalização da Geografia Científica a partir da Universidade de São Paulo (USP), da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e as reformas curriculares em que Getúlio Vargas adquiria importância significativa à Geografia escolar como portadora de um discurso cívico, patriótico e nacionalista circundavam os preceitos norteadores dos livros escolares de Geografia entre 1930 e 1960.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM CAMPO INVESTIGATIVO EM DESENVOLVIMENTO

Com este artigo elucidamos pressupostos teórico-metodológicos que direcionam caminhos e abordagens que demonstram a riqueza conceitual e os aspectos historiográficos dos manuais e livros escolares e seus conceitos enquanto possibilidade investigativa no campo educacional e geográfico.

As pesquisas envolvendo os manuais ou livros escolares devem atentar-se aos detalhes que “marcam a vida de um livro escolar” (CHOPPIN, 2004), como buscar o entendimento e a contextualização adequada a cada livro analisado e aos seus pressupostos, conteúdos e produção, distribuição, comercialização e utilização.

Distinguir os parâmetros analíticos dos livros escolares significa compreendê-los como campo sistematizado e organizado de conhecimento em que a cientificidade das análises seja pautada enquanto uma cuidadosa contextualização e uma rigorosa adequação teórico-metodológica.

Ao mesmo tempo, a compreensão dos processos culturais e históricos dos manuais ou livros escolares que os colocam enquanto materialização pedagógica repleta de sentidos, intencionalidades e significados pressupõe no que tange à perspectiva tratada neste artigo, a

entendê-los de maneira não fixa, acabada ou homogênea, mas sim, estabelecer olhares sobre o sua construção e elaboração a partir de seus elementos de oscilação ligados tanto à materialidade do documento quanto à imaterialidade dos processos humanos relacionados aos livros.

Obviamente, existem outras abordagens e outros caminhos metodológicos para a pesquisa historiográfica na educação e na Geografia a partir dos livros escolares, o que propomos aqui não é um modelo, mas sim uma abordagem. Acreditamos que lidar com um campo de pesquisa em âmbito dos desvelamentos culturais da educação fornece elementos plausíveis para a constituição de um campo de estudos específico, ou ainda, como considerado por Choppin (2004, p. 549), um “domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento”.

MANUALS AND TEXTBOOKS: PATHWAYS TO RESEARCH GEOGRAPHIC AND EDUCATIONAL

ABSTRACT

This paper seeks to address some assumptions that demonstrate the conceptual richness, the theoretical and methodological subsidies and historiographical aspects of manuals and textbooks and their concepts as investigative opportunity in the educational and geographic field. Through literature and theoretical essay, we seek to contribute, within the educational history and to the history of school subjects, especially Geography, with conceptual approaches that raise the manuals and textbooks as cultural and symbolic elements, full of intentionality and meanings built up over time. Throughout the text, though not intended to exhaust the subject, elucidated the guise of a specific systematization, manuals and textbooks as a possibility investigative both the educational sphere as to the history of the school discipline of Geography.

Keywords: Scholar Manuals and Textbooks. Geography. History of Education.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.

BOLIGIAN, Levon. **A Cartografia nos Livros Didáticos e Programas Oficiais no Período de 1824 a 2002**: Contribuições para a História da Geografia Escolar no Brasil. 2010, 229f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004. Tradução de Maria Adriana C. Cappello.

_____. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. Tradução: Maria Helena C. Bastos. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, Jan/Abr 2009.

ESCOLANO, Agustín Benito. Sobre la construcción histórica de la manualística en España. **Revista Educación y Pedagogía**. Medellín: Facultad de Educación. Vol. XIII, No. 29-30, (enero-septiembre), 2001.

_____. Tiempo y educación. Notas para una genealogía del almanaque escolar. **Revista de educación**, n. 298, p.55-79, 1992.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 531-545, set./dez. 2004.

FERRACINI, Rosemberg Aparecido Lopes. **A África e suas representações no(s) livro(s) escolar(es) de Geografia no Brasil – 1890 a 2003**. 2012, 229f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FREITAG, Bárbara; COSTA, Wanderley F. da; MOTTA, Valéria R. **O livro didático em questão**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1997. 159 p.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar na história**: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Traduções, apostilas e livros didáticos: ofícios e saberes na construção das disciplinas escolares. In: Usos do Passado — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro, RJ, 2006. Disponível em <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Arlette%20Medeiros%20Gasparello.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997, 223f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 1997.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 5 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

Artigo recebido em 13/02/2015 e aprovado em 05/05/2015 para publicação.